

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro de 1850 a 1865: principais aspectos da direção de Antônio Manuel de Mello

The Imperial Observatory of Rio de Janeiro from 1850 to 1865:
main aspects of the management of Antônio Manuel de Mello

Olivia da Rocha Robba

Doutoranda em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

prof.oliviarobba@gmail.com

Recebido: 08/08/2025

Aprovado: 07/11/2025

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a história do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (Iorj) durante a gestão de Antônio Manuel de Mello (1850-1865). Ao longo da pesquisa será demonstrado o seu esforço para consolidar o Iorj como uma instituição científica relevante através da realização de obras com o fim de ampliar o seu espaço, da aquisição de instrumentos científicos, das atividades científicas realizadas ao longo de sua gestão e das redes de sociabilidades estabelecidas naquele espaço. Assim, buscamos contribuir para a historiografia desta importante instituição científica em seus primeiros anos de existência, quando esta encontrava-se destinada à profissionalização dos alunos da Academia Militar da Corte.

Palavras-chave: História das Instituições Científicas; Imperial Observatório do Rio de Janeiro; Antônio Manuel de Mello.

Abstract: This article aims to analyze the history of the Imperial Observatory of Rio de Janeiro (Iorj) during the management of Antônio Manuel de Mello (1850-1865). Throughout the research, his effort to consolidate the Iorj as a relevant scientific institution will be demonstrated through the execution of works to expand its space, the acquisition of scientific instruments, the scientific activities carried out throughout his management and the networks of sociability established in that space. Thus, contributing to the historiography of this important scientific institution in its first years of existence, when it was intended for the professionalization of students from the Military Academy of the Court.

Keywords: History of Scientific Institutions; Imperial Observatory of Rio de Janeiro; Antônio Manuel de Mello.

Introdução

Em 10 de agosto de 1850, no dia seguinte à morte do astrônomo francês Soulier de Sauve¹, Antônio Manuel de Mello foi nomeado diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (Iorj), o terceiro a ocupar este cargo desde a sua criação.

Institucionalizado através do decreto de 15 de outubro de 1827 (Brasil, 1827), assinado por D. Pedro I, o Iorj tinha o objetivo de profissionalizar os alunos da Academia Real Militar (ARM) e da Academia de Guardas-Marinha (AGM), que tinham o ensino de Astronomia como parte integrante do currículo de formação da jovem oficialidade da Corte (Robba, 2011).

Nas palavras do astrônomo Adolfo Campos (2022, p. 2):

A Astronomia desempenhava um papel chave ao fornecer a ciência necessária para a conversão de medidas de posição de estrelas no céu, em determinações da posição do observador sobre a superfície seja na terra ou no mar e permitindo a descrição detalhada do terreno, o que levava a confecção de mapas e cartas topográficas. Este era o motivo principal da inclusão obrigatória de conteúdos de Astronomia nos currículos das Academias Militares do século XIX, que tinham como missão primeira formar pessoal habilitado na confecção cartas topográficas ou de navegação.

Inicialmente, o Iorj funcionava em um torreão situado no prédio da ARM, situado no Largo de São Francisco de Paula, no Centro do Rio de Janeiro. Na década 1840, durante a gestão de Soulier de Sauve, foi transferido para o alto da igreja dos jesuítas, no Morro do Castelo, também na Corte, onde funcionou precariamente até a década de 1920, quando foi transferido para o Morro de São Januário, em São Cristóvão, durante a gestão do astrônomo francês Henrique Morize² (Robba, 2011).

A historiografia sobre o tema (Morize, 1987; Barreto, 1987; Videira, 2007; Barboza, 2010; Robba, 2011; Rodrigues, 2012; Nader, 2015) destaca esse período como marcado pelo esforço para ampliar o espaço físico do observatório, além da aquisição de instrumentos e da formação das primeiras expedições de observações de fenômenos astronômicos, sobretudo, de eclipses do Sol. Tais constatações se baseiam, sobretudo, a partir da obra de Henrique Morize, escrita em comemoração

¹ Eugênio Antônio Fernando Soulier de Sauve (? - 1850). Nasceu na França. Provavelmente incorporou o seu local de nascimento “de Sauve” ao seu nome. Professor de Química, Física, Matemática e Astronomia, chegou ao Brasil em 1840, a bordo do *navio-escola Oriental Hydrographe*. Contratado como lente da Escola Militar da Corte em abril daquele mesmo ano, tornou-se o segundo Diretor do Iorj (1845-1850) (Turazzi, 2020, p. 111).

² Henrique Morize, nasceu em 1830, em Beaune, na França. Formado em engenharia industrial, atuou como astrônomo e foi diretor do Observatório Nacional (ON) entre 1908 e 1929. Também foi o primeiro diretor e fundador da Sociedade Brasileira de Ciências (ABC), atual Academia Brasileira de Ciências, e foi um dos cientistas mais prestigiados no Brasil na primeira metade do século XX. Mais informações, ver: Videira (2003).

pelo centenário do Observatório Nacional (ON), uma das principais referências sobre a história da criação do Iorj.

Por se basear unicamente nos decretos, regulamentos e ofícios trocados entre os diretores do Observatório e o *Ministério da Guerra*, provavelmente da *Série Guerra*, que estão sob a guarda do *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, ante à falta de informações sobre suas atividades e cotidiano, leva-nos a crer que o observatório possa ter passado por momentos de “inatividade”. Fontes como os *Relatórios do Ministério da Guerra* e publicações feitas nos principais periódicos da época, fornecem novas informações sobre o seu cotidiano e funcionamento neste período que carece de mais pesquisas.

No que se refere a Antônio Manuel de Mello, pouco se sabe sobre a trajetória deste que ocupou a direção do Iorj por aproximadamente 15 anos, constituindo a gestão mais longa do período em que o observatório esteve submetido ao *Ministério da Guerra* e vinculado ao ensino e profissionalização dos alunos das academias militares instaladas na corte, que vai desde a sua criação, em 15 de outubro de 1827 a 1871, na gestão de Emmanuel Liais³.

Imagem 1: Instalações do Iorj no alto da Igreja dos jesuítas, no Morro do Castelo



Fonte: Mast, 1905.

³ Emmanuel Liais (1826-1900), foi um astrônomo francês que trabalhou no Observatório de Paris, residente no Brasil desde 1858. Liais ocupou a Direção do Iorj de 1870 a 1881. Para mais informações, ver: Barboza (2002) e Heizer (2005; 2008).

Este artigo pretende, através de pesquisa documental nas publicações dos principais periódicos em circulação na Corte, acessíveis através da *Hemeroteca* da Biblioteca Nacional, trazer novas fontes e informações sobre os 15 anos em que Antônio Manuel de Mello ocupou a direção do Iorj que, dentro da lógica da sociedade de Antigo Regime que ainda caracterizava o Brasil na segunda metade do oitocentos, constituía um privilégio real concedido àqueles que possuíam laços estreitos de lealdade com a coroa.

Antônio Manuel de Mello: apontamentos sobre a sua trajetória

Nascido no dia 2 de outubro de 1802 na província de São Paulo, na época governada pelo seu pai, o *Capitão-General* Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1761 - 1812)⁴, filho de Maria Fausta de Castro (1790 - s.i.), Antônio Manuel de Mello era trineto por varonia de Antônio de Melo e Castro (1620 - s.i.), o 29.º vice-rei da Índia.

Imagem 2: Antonio Manoel de Mello (1802-1866)



Fonte: Observatório Nacional, s.i.

⁴ Antônio Manuel de Melo e Castro de Mendonça (1761 - 1812) foi um fidalgo e administrador colonial português. Governador da capitania de São Paulo (1797 - 1802) e de Moçambique (1809 - 1812), pelo lado paterno, descendia da família Mello e Castro, alcaides-mores de Colares, comendadores de Fornelos na Ordem de Cristo, da qual provinha, ao longo da expansão portuguesa, destacadas personalidades religiosas, militares, navegadores, vice-reis e governadores coloniais. Era trineto, por varonia, do 29.º vice-rei da Índia, Antônio de Melo e Castro. Ver: Sousa; Santos (2023).

Nuno Gonçalo Monteiro chama atenção para a “[...] existência de redes imperiais envolvendo numa teia de interesses múltiplos, mas onde se incluíam sempre atividades mercantis, governadores, elites locais, burocratas e negociantes” (2005, p. 94) que sustentavam o vasto império português no ultramar, constituindo uma hierarquia política composta por famílias de primeira nobreza, dentre as quais “[...] o primeiro ramo fidalgo com amplas raízes na governança da Índia desde 1650, é o dos Melo e Castro” (Cunha; Monteiro, 1995, p. 112).

Pesquisas recentes sobre as interações sociais entre a nobreza da terra da América Portuguesa e os oficiais régios incumbidos pelo governo dos povos e territórios ultramarinos a exemplo das capitanias de São Paulo (Pombo, 2019), da Paraíba (Chaves Junior, 2015), da Bahia (Souza, 2022; 2023), e do Grão-Pará e Maranhão (Santos, 2018), demonstram como diversos membros da família Mello e Castro, fidalgos de primeira nobreza que ao longo de gerações atuaram como expressão do poder real nas possessões lusas, ocupando diversos cargos de governança nos domínios ultramarinos de Portugal.

Nívia Pombo (2019) em sua análise sobre o posicionamento social de um grupo de governadores que atuou nas conquistas portuguesas entre os anos de 1796 e 1803, período que coincide com a atuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho como *Ministro da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos*, demonstra como em contraposição à concepção de honra e fidalguia defendida pela aristocracia portuguesa, é possível identificar a emergência de um novo grupo denominado “enobrecidos”, que ascendiam aos cargos da Coroa pelo critério do “talento”, que conjugava origem aristocrática e formação acadêmica, dentre os quais figura o pai de Antônio Manuel de Mello, Antônio Manuel de Mello e Castro de Mendonça, formado em Matemática pela *Academia Real da Marinha* de Lisboa.

Ao longo de sua pesquisa, Nívia Pombo demonstra como ao final do séc. XVIII os critérios de recrutamento de governadores e vice-reis, postos do topo da aristocracia portuguesa, por meio da remuneração das casas com títulos nobiliárquicos, sofreu profundas transformações com a inclusão de novos valores e critérios como a valorização da formação ilustrada:

[...] a formação no espírito das Luzes oferecida pelo Estado passou a representar um diferencial fundamental dentro da intensa disputa política do reinado mariano no final do século XVII. A formação no Colégio dos Nobres somada ao diploma da Universidade de Coimbra não representavam uma ampliação nos circuitos de

nomeação da monarquia; ao contrário, criava outra clivagem, ao conjugar a tradição do sangue com o mérito da formação ilustrada, dotando-as de uma aptidão peculiar para o serviço régio cada vez mais especializado (Pombo, 2019, p. 187).

Também identificados como “homens de ciência” (Kury, 2004), estes personagens dotados de uma formação ilustrada de nível superior eram considerados mais capacitados para a administração racional das possessões portuguesas no ultramar, o que passou a ser valorizado após as reformas pombalinas na virada do século XVIII para o XIX. Tais personagens tornaram-se essenciais no processo de interiorização da metrópole portuguesa no Brasil (Dias, 2005).

Antônio Manoel de Mello era, portanto, oriundo de uma casa fidalga, um “enobrecido” de acordo com Nívia Pombo. Sua família era possuidora de domínios patrimoniais e comprometida com a administração do vasto império português através da ocupação de altos cargos militares e administrativos, do envolvimento com atividades mercantis de grosso trato, que conectavam todo o reino através da circulação de mercadorias, de ideias e de pessoas.

Em 1813, Antônio Manoel de Mello assentou praça na Cavalaria⁵ (Blake, 1893). Em 1824, graduado com a patente de *Tenente*, foi transferido para o Rio Grande do Sul para participar da Guerra da Cisplatina, com destaque para a Batalha do Passo do Rosário, também conhecida como Batalha de Ituzaingó, a maior batalha campal em território brasileiro, ocorrida em 20 de fevereiro de 1827, da qual o Brasil saiu vitorioso. Neste mesmo ano foi promovido a *Capitão*.

Em 1834 foi transferido para o *Corpo de Engenheiros* da Corte e, logo em seguida, nomeado vice-diretor da *Fundição Ipanema*, onde permaneceu até 12 de setembro de 1836. Retornou em 1842, como diretor da *Escola Central*. Em 1845 foi nomeado diretor do *Arsenal da Corte*.

Em 1856 Antônio Manoel de Mello foi um dos primeiros a receber o grau de Doutor em Matemáticas no Brasil, concedido a um grupo de professores da Escola Militar pelo Imperador D. Pedro II sem a necessidade de defesa de tese, juntamente com Pedro de Alcântara Bellegarde e Soulier de Sauve, primeiro e segundo diretor do Observatório Astronômico, respectivamente.

Para Rosa Lúcia Sverzut Baroni e Célia Peitl Miller (2008, p. 103):

⁵ Não há informação sobre qual Academia Militar Antônio Manoel de Mello assentou praça na Cavalaria. Conto, Escragnolle Dória afirma que ele teria se formado na *Academia Real Militar* do Rio de Janeiro (Dória, 1944).

O grau de Doutor, além de garantir status na sociedade, também era essencial para quem pretendia exercer o magistério na Escola Militar e, na sequência, na Escola Central, pois o cargo de professor substituto (que antecedia a cátedra) era disponível apenas aos doutores. Essa situação mudou posteriormente, mas, mesmo assim, os doutores e professores dessas instituições eram muito requisitados pelo governo para ocupar cargos políticos ou de grande responsabilidade técnica.

No dia seguinte à morte do francês Soulier de Sauve, por quem foi preterido em 1845, Antônio Manoel de Mello, lente de Matemática do 4º ano da foi nomeado diretor do Iorj em 10 de agosto de 1850:

Sendo tão intimamente ligada à teoria e à prática da Astronomia, e vagando por morte do Dr. Eugênio Antônio Fernando Soulier de Sauve a cadeira do Observatório, entendeu o Governo que um só Lente poderia, com proveito do serviço, reger a cadeira do quarto ano, e dirigir o Observatório. O Conselheiro Antônio Manoel de Mello foi incumbido destes trabalhos, e a experiência demonstra a utilidade da medida.

A economia feita com a supressão de um lugar de Lente Proprietário, pôde com muita vantagem ser aplicada a criação de mais uma cadeira de Desenho (Relatório do Ministério da Guerra, 1851, p. 7).

A opção por Antônio Manoel de Mello, também representou para o Ministério da Guerra uma economia com a possibilidade de concentrar as aulas de Astronomia para os alunos do 4º ano da Escola Militar e as aulas práticas no Observatório sob a responsabilidade de um único lente, o que resultou na economia de 1.800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), que poderia ser destinada à abertura de uma vaga para a cadeira de Desenho.

Em 17 de maio de 1863, Antônio Manoel de Mello precisou se ausentar da direção do Iorj para ocupar pela segunda vez⁶ o cargo de *Ministro da Guerra*, deixando-o sob a responsabilidade do seu 3º Ajudante, o *Capitão-Tenente da Armada* Antônio Joaquim Curvello D'Ávila, que o substituiu até 15 de janeiro de 1864, quando deixou o Ministério para tomar posse no *Conselho Supremo Militar*.

Com o início da Guerra do Paraguai, em 1864, voltou a se afastar da Direção do Observatório, quando foi enviado para o Rio Grande do Sul como *Comandante da Artilharia*, onde veio a óbito em campanha no ano seguinte.

⁶ A primeira vez que ocupou a pasta do Ministério da Guerra de 22 de maio de 1847 até 8 de março de 1848, quando se formou um novo ministério. (Lopes; Torres, 1947, p.67-68).

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro durante a gestão de Antônio Manuel de Mello (1850-1865)

Antônio Manoel de Mello assumiu o Iorj com sérios problemas de infraestrutura, com as obras iniciadas durante a gestão Soulier de Sauve inacabadas, por estar funcionando em um local precário, inadequado, marcado pela falta de funcionários, de instrumentos meteorológicos e de observação. Conforme apontam as fontes, toda sua gestão foi marcada pelo esforço para superar tais limitações que constituíam um entrave ao pleno funcionamento do Observatório, o que foi alcançado com relativo êxito.

Ao final de sua gestão, havia alcançado avanços significativos no que se refere à aquisição de instrumentos necessários ao pleno funcionamento do Observatório e a ampliação do seu espaço físico, além da publicação de suas *Ephémérides* e organizar as primeiras expedições de observação de fenômenos astronômicos e registros importantes de suas atividades científicas em seus primeiros anos de funcionamento.

No seu primeiro ano o observatório recebeu diversos instrumentos adquiridos na França, conforme pode ser comprovado através dos Relatórios do Ministério da Guerra (1851, p. 9):

O Observatório Astronômico, dependência da Escola Militar, acaba de receber um instrumento de passagem com o seu telescópio acromático, um círculo mural, encomendados do Governo para França, e os livros pedidos pelo respectivo Diretor, e um pequeno telescópio comprado aqui por preço muito razoável: continua em exercício, e conto que brevemente seus trabalhos concorrerão para o progresso da Astronomia, e utilidade da navegação.

Esse registro demonstra como desde o início de sua gestão, Antônio Manoel de Mello ambicionava transformar o observatório em uma instituição capaz de produzir conhecimento científico relevante “para o progresso da Astronomia, e utilidade da navegação”.

Os ofícios trocados com o Encarregado dos Negócios do Brasil na França, o Sr. João Alves Loureiro⁷ e com o Enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, Conselheiro José Marques Lisboa⁸, entre os anos de 1851 e 1853 solicitando cópia dos estatutos do Observatório

⁷ João Alves Loureiro (1812 - 1883), primeiro barão de Javari, foi um diplomata brasileiro.

⁸ José Marques Lisboa (1807 - 1897), irmão do Almirante Marquês de Tamandaré, foi Conselheiro de Sua Majestade, o Imperador Pedro II, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Londres.

de Paris ao seu diretor Monsieur François Arago⁹, demonstram o interesse do Imperador de construir o Iorj seguindo um modelo eurocentrado, nos moldes daquele que era considerado um dos mais antigos observatórios da Europa, que desempenhou papel crucial no desenvolvimento da Astronomia moderna.

No ano seguinte, em 1852, além de obras na ampliação do seu espaço, no relatório do Ministério da Guerra assinado pelo Ministro Manoel Felizardo de Souza e Melo¹⁰ defende a necessidade de reunião das cadeiras de Astronomia e do Observatório para os alunos do 4º ano.

O local em que se acha o Observatório Astronômico é extremamente limitado; tem-se porém dele tirado o melhor partido, e acomodações se fizeram para os importantíssimos instrumentos com que se acha e vai sendo enriquecido o Estabelecimento. O seu Diretor se tem mostrado incansável, e conto que no corrente ano publicará o primeiro volume das Ephemerides.

Não posso deixar de insistir pela reunião das cadeiras de Astronomia, e do Observatório, donde prover como fiz sentir em meu último Relatório a economia e maior aproveitamento dos alunos. O ordenado, que tem de vencer o Proprietário da cadeira, cuja supressão proponho, servirá para a criação de uma nova cadeira de Desenho, já indicada por mim em o próximo passado ano, e solicitada há muito tempo pela Congregação dos Lente (Relatório do Ministério da Guerra, 1852, p. 13).

Prevista no art. 1º, § 2º¹¹ do decreto nº 457 de 22 de julho de 1846, com o primeiro Regulamento do Imperial do Observatório do Rio de Janeiro, assinado pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, João Paulo dos Santos Barreto¹², as *Ephemerides do Imperial Observatório Astronômico*, só vieram a ser publicadas *Typographia Nacional* em 1852.

De acordo com Anderson Antunes (s.i.):

⁹ François Jean Dominique Arago (1786 - 1853) foi um físico, astrônomo e político francês. Atuou como diretor do Observatório de Paris de 1834 até sua morte em 1853.

¹⁰ Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1805 - 1866). Formado em Matemática pela Universidade de Coimbra (1826), atuou como Lente substituto na Academia Militar da Corte. Ocupou por duas vezes o cargo de Ministro da Marinha (1848 e de 1848 a 1849) e de Ministro da Guerra (1848 e de 1849 a 1853).

¹¹ Art. 1º, § 2º. Publicar todos os annos, e com a conveniente antecipação hum - Anuário Astronômico do Observatório - contendo: 1º, extractos das melhores Ephemerides estrangeiras, em tudo que dias oferecerem mais especialmente applicável às necessidades e aperfeiçoamento da Geographia, e da Navegação do Brasil; 2º, o quadro resumido de todas as observações feitas no Observatório durante o anno antecedente; 3º, a indicação dos dados exactos das principais observações, que será vantajoso fizerem-se no anno corrente sobre todos os pontos notáveis do Brasil.

¹² João Paulo dos Santos Barreto (1788 - 1864). Militar brasileiro que por duas vezes ocupou interinamente o cargo de *Ministro da Marinha* (de 16 de janeiro a 14 de março de 1835 e de 17 a 22 de maio de 1847), e três vezes o de *Ministro da Guerra* (de 16 de janeiro a 15 de março de 1835 (no período regencial), de 2 a 22 de maio de 1846, e de 31 de maio de 1848 a 29 de setembro do mesmo ano, durante o segundo reinado).

Na Astronomia, o termo ‘efemérides’ se refere ao registro da posição dos astros em tabelas que permitem acompanhar eventos astronômicos como a passagem de planetas, os eclipses e as mudanças de fase da Lua. Por esse motivo, é costume publicá-las em antecedência, de forma a divulgar onde e quando os eventos serão observáveis. Neste primeiro volume, foram utilizadas informações obtidas a partir do *The Nautical Almanac*, publicado na Inglaterra pelo Observatório Real de Greenwich, e o *Connaissance des Temps*, publicado pelo Observatório de Paris desde 1679.

Este periódico, cujos cálculos foram elaborados pelo diretor conjuntamente com os ajudantes do Observatório, constitui uma das mais antigas publicações científicas do Brasil e acompanha a trajetória do Iorj até os dias atuais.

Além de informações sobre a posição dos corpos celestes visíveis no céu do Brasil, esta publicação possui o registro de informações importantes sobre o Iorj no ano de sua produção (1842), os instrumentos astronômicos utilizados para a confecção dos cálculos, além de um apêndice com a *Memória sobre a Theoria da orientação do plano oscilatório do Pêndulo simples: e sua aplicação à determinação aproximada do achatamento do Esferóide Terrestre* e as *Memórias sobre a orientação do Pêndulo simples* ambos de autoria de Cândido Baptista de Oliveira¹³.

Conforme se depreende através da análise das publicações feitas pelo *Almanak Laemert*, a descrição de todos os funcionários do Iorj só passou a ser registrada a partir da publicação do ano de 1858 com os dados coletados no ano anterior.

Tabela 1 - Lista de funcionários do IORJ na gestão de Antônio Manoel de Mello (1850-1865)¹⁴

TABELA DE FUNCIONÁRIOS DO IMPERIAL OBSERVATÓRIO DO RIO DE JANEIRO			
GESTÃO ANTÔNIO MANUEL DE MELLO (1850-1865)			
Ano	Cargo	Funcionário	Patente
1851	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Regente do 4º ano

¹³ Cândido Batista de Oliveira (1801 - 1865), professor aposentado de mecânica racional, autor de diversos trabalhos em Astronomia, ex-aluno em Paris do lendário astrônomo François Arago (1786-1853).

¹⁴ As publicações anuais do *Almanak Laemert* precisam ser observadas levando-se em consideração que suas informações remetem à gestão do ano anterior.

	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1852	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Regente do 4º ano
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1853	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Ten-Cel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1854	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Ten-Cel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1855	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Ten-Cel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1856	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1857	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1858	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1859	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Basilio da Silva Baraúna	Ten. da Armada Nacional

	Ajudante Interino	Antônio Joaquim Curvello d'Ávila	Cap-Ten da Armada
	Praticantes	Antônio Manuel de Mello, Junior	-
		Glicério Eudócio de Almeida Bomfim	2º Ten. de Engenheiros
		Domingos de Araújo	Ten. de Estado Maior
		Silva Miguel Vieira Ferreira	2º Ten. de Engenheiros
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1860	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Basilio da Silva Baraúna	Ten. da Armada Nacional
		Antônio Joaquim Curvello D'Ávila	Cap-Ten. da Armada
	Ajudante Interino	Antônio Manoel de Mello, Júnior	-
	Praticantes	Glicério Eudócio de Almeida Bonfim	2º Tenente de Eng.
		Domingos de Araújo e Silva	Ten. de Estado Maior
		Miguel Vieira Ferreira	2ª Ten. de Engenheiros
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1861	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Cap. do corpo de eng.
		Glicério Eudoxio de Almeida Bonfim	-
		Antônio Joaquim Curvello D'Ávila	Cap-Ten da Armada
		João Carlos de Souza Jacques	1ª Ten. da Armada

	Ajudante Interino	Antônio Manoel de Mello, Júnior	-
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-
		Miguel Vieira Ferreira	2º Ten de Engenheiros
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1862	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
		João Carlos de Souza Jacques	1º Tenente da Armada
	Ajudante Interino	Antônio Manoel de Mello, Júnior	-
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-
		Miguel Vieira Ferreira	2º Tenente de Eng.
		Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1863	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Coronel do corpo de Eng.
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
		João Carlos de Souza Jacques	1º Ten. da Armada
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-

	Preparador	Benjamin Constant B de Magalhães João Antônio Sepúlveda Figueiredo	Ten. do Estado Maior -
1864	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Brig. do corpo de Eng.
	Diretor Interino	Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		João Carlos de Souza Jacques	1º Ten. da Armada
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-
		Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
		Francisco Soares de Andréa	2ª Ten. da Armada
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-
1865	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Brig. do corpo de Eng.
	Diretor Interino	Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
	Ajudantes	José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		Francisco Xavier Lopes de Araújo	Capitão do corpo de Eng.
		João Carlos de Souza Jacques	Cap-Ten. da Armada
	Praticantes	José Augusto da Rocha Lima	-
		Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
		Francisco Soares de Andréa	2ª Ten. da Armada
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-

1866	Diretor	Antônio Manoel de Mello	Brig. do corpo de Eng.
	Ajudantes	1º José Francisco de Castro Leal	Prof. da EC e Cap. do Corpo de Eng.
		2º Francisco Duarte Nunes	Capitão do corpo de Eng.
		3º Antônio Joaquim Curvello D'Avila	Cap-Ten. da Armada
		4º João Carlos de Souza Jacques	Cap-Ten. da Armada
		5º Carlos Victor Boisson	Paisano
		6º José Augusto da Rocha Lima	-
	Praticantes	Benjamin Constant B de Magalhães	Ten. do Estado Maior
		Vago	-
	Preparador	João Antônio Sepúlveda Figueiredo	-

Fonte: Robba, 2011, p. 110-114.

A ausência de tais informações para os anos anteriores não devem ser interpretadas como a ausência de funcionários, pois o astrônomo Henrique Morize (1987, p. 60-61) ao analisar os ofícios emitidos durante os primeiros anos da gestão de Antônio Manoel de Mello, identifica o ingresso dos seguintes funcionários:

(I) 1850 - Em 21 de março, o ingresso do *Segundo-Tenente de Engenheiros* João Ernesto Viriato de Medeiros (ajudante); Em 18 de maio, o ingresso do *Segundo-Tenente de Engenheiros* Francisco José de Freitas (ajudante);

(II) 1851 - Em 11 de março foram propostos os *Segundo-Tenentes*, Francisco Duarte Nunes, Brasília de Amorim Bezerra e Henrique de Amorim Bezerra (praticantes), sendo o primeiro da Engenharia e os outros dois da Artilharia; Em 28 de Novembro, os *Segundos-Tenentes de Engenheiros* Francisco Duarte Nunes (praticante) e José Francisco de Castro Leal e o *Segundo-Tenente da Armada* Jerônimo Pereira de Lima Campos (ajudantes) (Morize, 1987, p. 60);

(III) 1852 - Em 31 de março era proposto o *Segundo-Tenente da Armada* Francisco da Cunha Galvão (ajudante);

(IV) 1853 - Sem data. O *Alfêres Aluno Engenheiro* João Marins da Silva Coutinho (ajudante);

(V) 1854 - Em 22 de dezembro foram propostos os *Primeiros-Tenentes de Engenheiros* Ernesto Gomes Moreira Maia (praticante) e Sebastião de Souza Mello (ajudante);

Outro dado digno de nota é a presença de Antônio Manoel de Mello Junior como ajudante interino do Observatório até o ano de 1861, registrado na publicação de 1862, o que significa que ele esteve presente na instituição prestando auxílio ao seu pai ante à falta de funcionários.

Além disso, as publicações do *Almanak Lammert* também registram o ingresso do *Capitão-Tenente* da Armada Antônio Joaquim Curvello D 'Ávila como 4º ajudante no Iorj em 8 de junho de 1858, que futuramente viria a substituí-lo na direção entre os anos de 1865-1870. E do *Oficial de Estado Maior* Benjamin Constant, que ingressou como praticante em 1861.

Ademais, a presença de Curvello D'Ávila e de Basílio da Silva Baraúna, ambos oficiais da Armada Imperial, dava cumprimento - em parte - do art. 3ª do Regulamento do Iorj (Brasil, 1846). Este artigo informava a quantidade de funcionários do Observatório e determinava que dentre os seis ajudantes, dois deveriam ser oriundos do oficialato da Armada Nacional

A Reforma nos Estatutos da Academia Militar em 1858 separou o ensino civil do militar, com a criação da *Escola Central*, que continuou a funcionar no Largo de São Francisco de Paula, no Centro do Rio de Janeiro e da *Academia Militar da Praia Vermelha*. O Iorj permaneceu como uma dependência da *Escola Central* e a distribuição dos cargos de praticante e de ajudantes eram acessíveis unicamente para alunos do 4º ano da Escola Central.

Esta reforma atendeu em parte a reivindicação feita pelo Ministro da Guerra. Embora não tenha reunido as aulas práticas do Observatório com as de Matemática para os alunos do 4º ano, faculta essa possibilidade, desde que mediante uma gratificação adicional.

Art. 102. O governo poderá, se assim entender mais conveniente, incumbir a direção do observatório astronômico ao lente da 1ª cadeira do 4º ano da Escola Central, ou vice-versa, mediante uma gratificação aditiva, igual à marcada na tabela para os lentes, ou nomear um diretor especial para o observatório com os vencimentos iguais aos dos lentes catedráticos.

Em anúncio publicado no *Correio Mercantil*, dia 20 de junho de 1860, comunicava que, a partir daquela data, seria emitido diariamente um “sinal do tempo”, consistente na elevação de um balão vermelho às oito horas da manhã, o qual permaneceria visível por aproximadamente quatro a cinco minutos sobre o telhado do mirante nordeste do Observatório.

Imagem3: Anúncio do serviço da “Hora Certa”, prestado pelo Imperial Observatório do Rio de Janeiro, mediante o hasteamento de um balão em seu terraço.



Fonte: *Correio Mercantil*, 1860.

Além de fornecer o tempo médio para que as embarcações fundeadas na Baía de Guanabara pudessem regular os seus cronômetros, essa iniciativa representou uma das primeiras tentativas de institucionalizar a divulgação pública de observações meteorológicas no Brasil, traduzindo para a população urbana os resultados das medições realizadas no Iorj conjuntamente com a publicação regular da Seção de Meteorologia nos principais periódicos da Corte.

Ao associar um elemento visual — o balão — à rotina da cidade, o Observatório incorporava práticas de comunicação científica que visavam não apenas informar sobre as condições atmosféricas, mas também afirmar sua relevância como centro produtor de conhecimento técnico em um contexto de modernização do Império (Luz, 2014).

A organização de expedições de observação de Eclipses Totais do Sol

Eclipses são fenômenos naturais que despertam um grande interesse na comunidade científica. Sobretudo, os eclipses totais do Sol, que a partir da segunda metade do século XIX passaram a

mobilizar astrônomos de instituições de diferentes partes do mundo, com o fim de realizar observações e registrar seus dados com o fim de divulgá-los.

Somente na gestão de Antônio Manuel de Mello que o Iorj reuniu condições materiais, o acúmulo de conhecimentos e de funcionários que permitiram a organização de expedições de observação de fenômenos celestes. Este momento também representou uma oportunidade única para afirmar a ciência produzida naquele espaço, justificar a sua existência e um maior investimento na aquisição de instrumentos de observação astronômica.

Christina Barboza (2010), ao analisar os relatórios produzidos pelas expedições de observação de eclipses totais do Sol organizadas pelo Iorj na segunda metade do séc. XIX, chama a atenção para as estreitas relações existentes entre Astronomia e sociedade. De acordo com a historiadora,

no período compreendido entre 1850 e 1920, a faixa de totalidade de um eclipse do Sol atravessou o território brasileiro em seis ocasiões: 30 de novembro de 1853, 7 de setembro de 1858, 25 de abril de 1865, 16 de abril de 1893, 10 de outubro de 1912 e 29 de maio de 1919 (Barboza, 2010, p. 275).

O primeiro eclipse, previsto para o dia 30 de novembro de 1853, fora anunciado nas *Ephemerides para o ano de 1853* (Imperial Observatório do Rio de Janeiro, 1852), no qual informava o horário de visibilidade do eclipse na cidade do Rio de Janeiro, por ocorrer no fim da tarde, iniciando às 17 horas, as condições de visibilidade não foram favoráveis, motivo pelo qual não há registros de sua observação pelos funcionários do Iorj.

Contudo, o eclipse do Sol de previsto para o dia 7 de setembro de 1858, data em que se celebra o aniversário da Independência do Brasil, representou uma grande oportunidade para captar a curiosidade e a superstição em torno do fenômeno para se projetar o Brasil como uma nação moderna e conectada com os avanços da ciência em contraposição com o seu passado colonial, associado ao atraso.

Imagem 4: Na imagem, ilustração do eclipse solar ocorrido em 7 de setembro de 1858, registrado pela Comissão Astronômica instituída pelo Imperador d. Pedro II



Fonte: Arquivo Nacional.

Para este fenômeno, o governo imperial patrocinou uma expedição com destino à Paranaguá, na província do Paraná e colocou à disposição do grupo dois navios de sua frota, a *corveta* Pedro II, a *canhoneira* Tyetê e suas respectivas tripulações.

De acordo com o relatório elaborado pela Comissão Astronômica (AN, IE8), a expedição era formada pelos seguintes membros:

(I) Antônio Manuel de Mello, Diretor do Iorj;

(II) Cândido Batista de Oliveira, na época diretor do Jardim Botânico e ex-professor da Academia Militar;

(III) Emmanuel Liais, Astrônomo francês;

(IV) Capitão Francisco Duarte Nunes;

(V) Capitão da Armada Basílio da Silva Baraúna, Ajudante do Observatório;

(V) Capitão Rufino Enéas Gustavo Galvão, Ajudante do Observatório;

(VI) Tenente Jerônimo Francisco Coelho, Ajudante do Observatório.

Foram estabelecidas quatro estações em Paranaguá e suas cercanias, ficando o acampamento central instalado na chácara à beira-mar do médico suíço Carlos Tobias Rechsteiner.

A totalidade do eclipse durou menos do que o previsto: teve início às 11:00:2, durando 1 min 12s e, de acordo com Christina Barboza (2019, p. 21):

O programa científico do Observatório consistia na determinação do instante dos contatos, e na observação da coroa, das protuberâncias e das manchas solares, descritas minuciosamente no Relatório da Comissão. Já os estudos de Liais foram mais conclusivos. O primeiro deles, feito com base na polarização da luz, levou-o a afirmar o pertencimento da coroa ao Sol. O segundo, deteve-se sobre o tal erro na previsão do eclipse. Segundo Liais, era necessária uma correção da longitude de Paranaguá, e um novo método para fazê-lo podia valer-se da fotografia.

De acordo com o Relatório, Liais teria tirado 15 fotografias durante o eclipse, das quais 12 resultaram “perfeitas”. O processo utilizado, descrito brevemente no texto, teria sido o colódio seco, de uso muito recente.

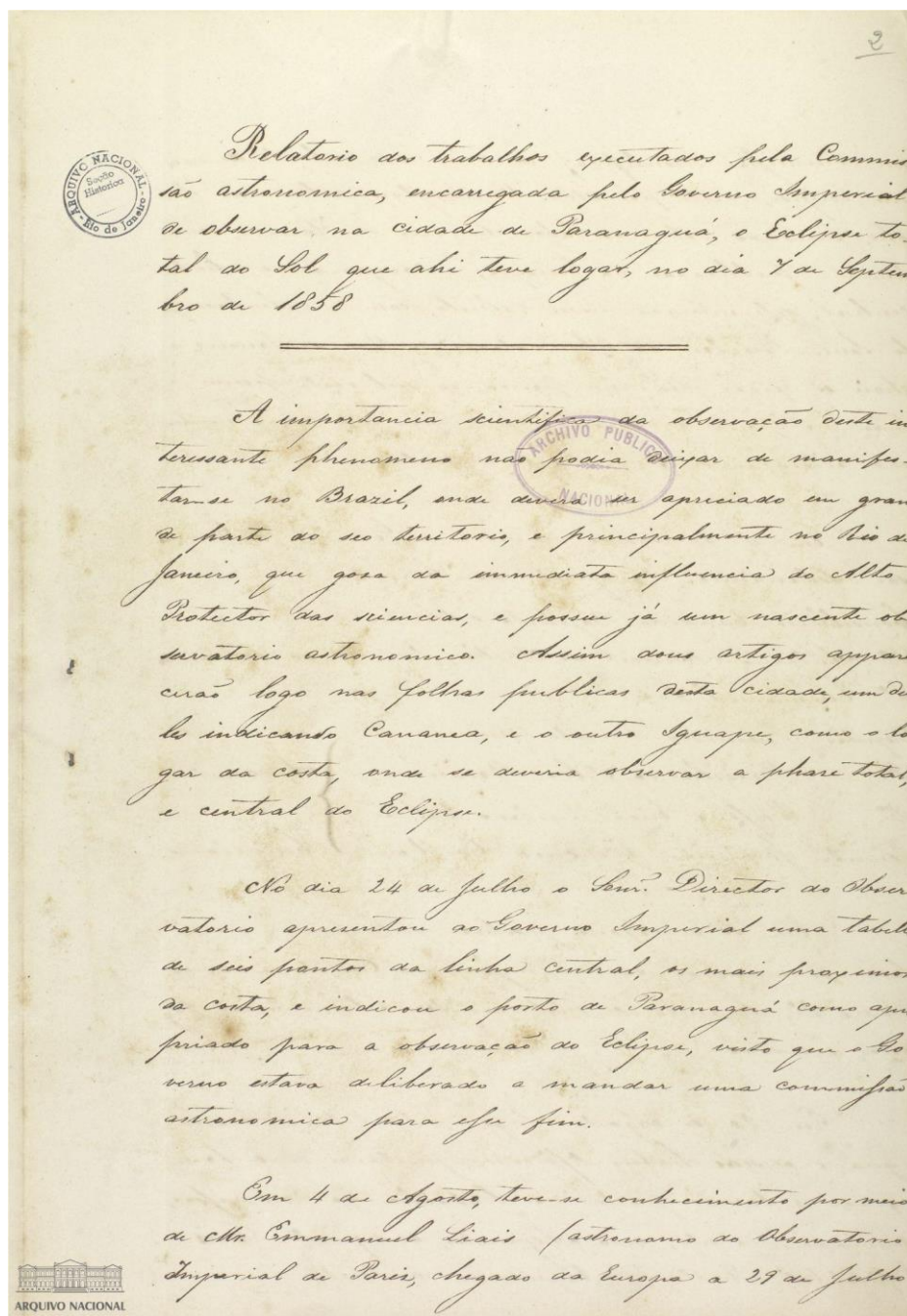
Esta foi a primeira expedição que se tem registro organizada pelo Iorj com o objetivo de observar um eclipse e coletar seus dados. Apesar da curta duração do fenômeno, importantes relatórios foram redigidos e publicados no Brasil e no exterior. Emmanuel Liais também teria concebido, a partir de suas observações, um novo método para a determinação de longitudes.

Os planos de trabalho e os resultados obtidos pela expedição brasileira foram registrados em relatório oficial, posteriormente publicado nos *Comptes Rendus* da Academia de Ciências de Paris.

Os brasileiros combateram a tese de que as protuberâncias solares eram de algum modo provocadas pelas manchas solares, pelo que receberam a aprovação da Academia Francesa.

Liais fez 12 registros fotográficos do eclipse. Contudo, não logrou êxito em obter uma imagem da sua totalidade porque as fotos teriam terminado antes do tempo previsto.

Imagem 5: Relatório da Comissão Astronômica para a observação do Eclipse Solar de 7 de setembro de 1858, em Paranaguá, no Paraná



Fonte: Arquivo Nacional.

Na década seguinte, para o eclipse total do Sol previsto para o dia 25 de maio de 1865, foi organizada uma expedição com destino à Camboriú, no litoral da província de Santa Catarina, composta por:

- (I) Antônio Manoel de Mello, Diretor do Iorj;
- (II) Conselheiro Cândido Batista de Oliveira;
- (III) Guilherme Schuch de Capanema,
- (IV) Capitão-Tenente Joaquim Curvello d'Ávila, Ajudante do Observatório;
- (V) Francisco Duarte Nunes, Ajudante do Observatório;
- (VI) José Augusto Rocha Lima, Ajudante do Observatório

Contudo, as observações foram prejudicadas pela chuva no momento do fenômeno, razão pela qual o mesmo não pôde ser observado. Não há registros da produção de um relatório elaborado por algum dos membros da expedição.

No Rio de Janeiro, onde o eclipse foi parcial, a comunidade científica demonstrou grande interesse, inclusive o Imperador Pedro II tentou observá-lo de seu palácio, acompanhado do viajante-naturalista Louis Agassiz, que estava no país participando de uma expedição científica. Por tal motivo pelo qual foram produzidos diversos registros de sua observação:

O eclipse também despertou o interesse de membros do Instituto Politécnico Brasileiro, que viajaram para locais diferentes com o objetivo de observar a ocultação. Enquanto o engenheiro e naturalista Guilherme Schüch, barão de Capanema, se preparou para o evento no farol localizado em Cabo Frio, José da Costa Azevedo, barão de Ladário, permaneceu em sua residência no Rio de Janeiro, João Soares Pinto fez suas observações da atual Ilha Fiscal, também na capital, e Baptista Caetano de Almeida Nogueira viajou para Barra do Piraí. Esse vasto grupo de cientistas acreditava que a observação do eclipse poderia contribuir com dados que permitissem melhor calcular a posição do meridiano do Observatório do Rio de Janeiro, tema que causava controvérsia na época, uma vez que não havia consenso sobre os cálculos realizados pelo astrônomo Emmanuel Liais durante sua observação do eclipse de 1858. A questão do meridiano não era significativa apenas cientificamente, mas também tinha importância política, pois influenciava na demarcação das fronteiras do território nacional (Antunes, s.i.).

Conforme se depreende, a organização de tais expedições, ainda que não tenham logrado êxito, constituem parte do capital científico acumulado pela Instituição e também pelos homens de ciência que as integravam, ajudando a fortalecer e a avançar os estudos no campo da Astronomia no Brasil ao longo do século XIX. (Nader; Santos; Campos, 2013).

Considerações Finais

Luís Gastão de Escragnolle Doria, em uma pequena biografia sobre Antônio Manuel de Mello, publicada na revista *Nação Armada* (1944), afirma que foi no Iorj que ele dizia ter vivido os melhores anos de sua vida:

Cartógrafo, dado a estudos de Astronomia e Mecânica Celeste, aplicador de conhecimentos na observação em Paranaguá do eclipse solar dos meados de 1858, Antonio Manoel de Mello declarava a íntimos que os tempos felizes de sua trabalhosa vida haviam sido os gozados no Observatório Astronômico do morro do Castelo, a ,observar os astros no momentâneo esquecimento da terra e seus meandrosos sucessos, tão variados na política das nações (Doria, 1944, p. 14).

Embora muitas vezes ofuscada por nomes posteriores, a gestão de Antônio Manuel de Mello foi crucial para a consolidação e a sobrevivência da instituição em seus primeiros anos. O observatório, recém instalado no Morro do Castelo, enfrentava desafios estruturais e financeiros. Devido às obras de infraestrutura, as observações astronômicas no início da sua gestão eram intermitentes e, muitas vezes, não seguiam uma rotina sistemática.

Ao longo dos 15 anos à frente da instituição, Antônio Manoel de Mello atuou para reformar e consolidar o Iorj como uma instituição capaz de cumprir os objetivos para os quais foi criado. Seu esforço para a aquisição de instrumentos astronômicos adequados, no aumento do quadro de funcionários, gerou resultados expressivos e incorporou seus serviços à rotina da cidade através dos anúncios diários na seção de Meteorologia dos principais jornais em circulação pela Corte e pelo serviço da “Hora Certa”.

Foi nesse período que também deu início às primeiras expedições para a observação de fenômenos astronômicos realizadas pelo Iorj, sobretudo eclipses totais do Sol, inaugurando a existência dos “astrônomos-viajantes” (Barboza, 2010), caracterizadas por percorrer o território brasileiro ou até mesmo organizar expedições para o exterior, a exemplo da passagem de Vênus pelo disco solar em 1882, financiadas pelo Estado com o objetivo específico de descrever o fenômeno e coletar dados para contribuir com o esforço internacional para a definição da paralaxe solar, a distância entre a terra e o Sol. (Mourão, 2005; Nader, 2015; Robba, 2025)

Antônio Manuel de Mello faleceu aos 63 anos, em Corrientes, na campanha contra o Paraguai em 8 de março de 1865 (Blake, 252). O *Capitão-Tenente* da Armada e terceiro ajudante do Observatório,

Antônio Joaquim Curvello D'Ávila¹⁵, descendente de Garcia Torres D'Ávila¹⁶, fidalgo da casa imperial que chegou ao Brasil com Tomé de Souza (Robba, 2025b) que já o substituíra interinamente na direção do Iorj assumiu a responsabilidade pela manutenção das atividades do Observatório, tornando-se o seu quarto diretor (1865-1870).

A atuação de Antônio Manuel de Mello, embora não tenha produzido resultados científicos espetaculares, garantiu que a instituição sobrevivesse e pudesse, no futuro, florescer e se tornar um dos centros de pesquisa mais importantes do país, além de ter um papel central na consolidação da ciência no Brasil.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Anderson. **Publicação do primeiro número das Efemérides do Imperial Observatório Astronômico.** Disponível em: <http://phct.mast.br/eventos/clhgtx5c1002bintgo29ibvsb/publicacao-do-primeiro-numero-das-efemerides-do-imperial-observatorio-astronomico?>. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

ANTUNES, Anderson. **Observação do eclipse total do Sol de 25 de abril de 1865 no Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://phct.mast.br/eventos/clhgtx7860057intgbjav39b9/observacao-do-eclipse-total-do-Sol-de-25-de-abril-de-1865-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

BARBOZA, Christina. Helena da Motta. Ciência e natureza nas expedições astronômicas para o Brasil (1850-1920). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, v. 5, n. 2, p. 273-294, 2010.

BARBOZA, Christina Helena da Motta. Em busca do Sol: expedições astronômicas para observação de eclipses totais do Sol no Brasil (1858-1919). **Gazeta de Física**, v. 42, n. 2, p. 21-25, 2019.

BARONI, Rosa Lúcia Sverzut; MILLER, Célia Peitl. Instituição do doutorado em Matemática no Brasil: Escola Militar do Rio de Janeiro, 1842. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** v. 30, n. 1, p. 97-104, 2008.

BARRETO, L. M. **Observatório Nacional: 160 anos de História.** Rio de Janeiro MCT/CNPQ/ON, 1987.

BICALHO, Maria Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia A. **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX.** São Paulo: Alameda, 2005.

¹⁵ Antônio Joaquim Curvello D'Ávila (1812 - 1869), ingressou como ajudante no Imperial Observatório do Rio de Janeiro em 8 de junho de 1858, durante a gestão de Antônio Manuel de Mello. Assumiu a Direção do Iorj como substituto em 1865 e permaneceu à frente do mesmo até a sua morte, em 1869.

¹⁶ Garcia D'Ávila (1528-1609) foi o maior fazendeiro da Bahia nos primeiros anos da colonização e um dos primeiros desbravadores do território sergipano na segunda metade dos quinhentos. Ver: Pessoa (2003).

BLAKE, A. Victorino. A. **Sacramento Dicionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

CAMPOS, José Adolfo S de.. Observatórios no Império e as Práticas de Astronomia dos alunos da Escola Militar. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, e339, 2022, 1.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. Os Bandeira de Mello e os poderes locais na Paraíba colonial: redes, hierarquias e patrimônio familiar (c.1747-c.1780). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 290–313, 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 15, p. 91-120, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

KURY, Lorelai.. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 11, p. 109–129, 2004.

LOPES, T.F; TORRES, G. **Ministros da Guerra do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947.

LUZ, Sabina Ferreira Alexandre. **O estabelecimento da Hora Legal Brasileira: o Brasil adota o meridiano de Greenwich**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MAGRI, Dirceu. De almanach a almanak: um olhar sobre dois importantes almanaques. **Convergência Lusíada**, v. 32, n. 46, p. 230–258, 2021.

MOTTA, Jeovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria F.; FERLINI, Vera Lúcia A. **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. X-X.

MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico: um século de História (1827-1927)**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1987.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Nos braços de Vênus às poltronas da Academia. In: **Navigator**, v. 1, n. 1, p. 1-44, 2005.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos ilustrados em Portugal e no Brasil, 1779-1808. **Anais do Museu Histórico Nacional**, n. 29, p. 87-108, 1997.

NADER, Rundsthen; SANTOS, Nadja; CAMPOS, José Adolfo. O eclipse solar de 7 de setembro de 1858 e a modernização da Astronomia no Brasil. In: **VI Scientiarum História: Filosofia, Ciências e Artes - Conexões interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Anais do: VI Scientiarum História, p. 1-8, 2013.

NADER, Rundsthen Vasques. **Eclipses e trânsitos planetários no século XIX: A modernização da Astronomia Observacional no Brasil de 1850 ao final do segundo império.** Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2015.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – Família, propriedade no Nordeste colonial.** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2003.

POMBO, Nívea. Entre linhagem e méritos: notas sobre o conceito de nobreza e as nomeações de capitães generais no final do século XVIII. **Revista Maracanã.** n. 21, p. 176-191, 2019.

ROBBA, Olivia da Rocha. **Entre a prática de ensino e os afazeres militares: A Construção do Imperial Observatório do Rio de Janeiro entre 1827 e 1870.** Rio de Janeiro: HCTE, 2011.

ROBBA, Olivia da Rocha. A participação da Repartição Hidrográfica da Marinha na expedição de observação da passagem de Vênus, na Ilha de São Tomás (1882). **Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, 2025a.

ROBBA, Olivia da Rocha. Novos elementos para a história do Imperial Observatório do Rio de Janeiro na gestão Curvello D'Ávila (1865-1870). **Revista Brasileira de História das Ciências.** v. 18, e1085, 2025b.

RODRIGUES. Teresinha Rodrigues de Jesus Alvarenga. **Observatório Nacional 185 anos: protagonista do desenvolvimento científico-tecnológico do Brasil.** Rio de Janeiro: ON, 2012.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780).** Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUSA, Victória Carneiro. Do Índico ao Atlântico: comércio e política na trajetória de Antonio Manoel de Mello e Castro (1780-1795). XI Encontro Estadual de História ANPUH Bahia: (De) colonialidades da história: independências, imperialismos e cidadania. Salvador: **Anais do XI EE ANPUH Bahia**, 2022.

SOUSA, Victória Carneiro; SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. Mercadorias orientais na cidade da Bahia: as fazendas de Antonio Manoel de Melo e Castro (1795). **Revista Maracanan**, n. 33, p. 169–188, 2023.

TURAZZI. Maria Inês. **O Oriental Hydrographe e a Fotografia: a primeira expedição ao redor do mundo com “uma arte ao alcance de todos” (2839-284).** Rio de Janeiro: Editora Instituto Moreira Salles, 2020.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Henrique Morize e o ideal da ciência pura na República Velha.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **História do Observatório Nacional: a persistente construção de uma identidade científica.** Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2007.

Fontes

Documental

AN. Arquivo Nacional. DORIA, Escragnoille. **O brigadeiro Antônio Manuel de Melo**. *In*: Nação Arrasada, 1944. p.12-16. BR_RJANRIO_RE_0_RRE.71/10.

AN. Arquivo Nacional. **Série Educação**: Observatório Astronômico (IE8). BR_RJANRIO_98_3, fl. 27.

BN. Biblioteca Nacional. **Jornal do Commercio**, 1865, Ed. 119- (1). p.

BN, Biblioteca Nacional. **Correio Mercantil**, 1860, Ed. 2008 (1), de 20 de junho de 1860.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felisardo de Souza e Mello**. Rio de Janeiro: Typographia de I. P de Costa, 1851.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felisardo de Souza e Mello**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 9ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felisardo de Souza e Mello**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 9ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Pedro de Alcântara Bellegarde**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1853.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Marquez de Caxias**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 10ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Jerônimo Francisco Coelho**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

BN. Biblioteca Nacional. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Camamu**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

Iorj. **Ephemerides do Imperial Observatório Astronômico para o ano de 1853**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1852. 187p. Disponível em: <https://imprensa2.in.gov.br>. Acesso em 08 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 10, p. 148-151, 1891a.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 9, p. 131-134, 1891b.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 8, p. 113-117, 1891c.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 7, p. 97-100, 1891d.

OLIVEIRA, C. B.; MELLO, A. M.; LIAIS, E.; NUNES, F. D.; BARAÚNA, B. S.; GALVÃO, R. E. G.; COELHO JUNIOR, J. F. Eclipse total do Sol em 7 de setembro de 1858. **Revista do observatório**, v. 6, n. 6, p. 81-86, 1891e.

Iconográfica

Mast. Museu de Astronomia e Ciências Afins. FERREZ, Marc. Fachada sul do Observatório do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1905. **Arquivo pessoal de Luiz Cruls, Acervo MAST**. Disponível em: O arquivo do MAST e a memória da Ciência e Tecnologia brasileira.

Legislação

BRASIL, Decreto de 15 de outubro de 1827. Cria um Observatório Astronômico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl-15-10-1827.htm. Acesso em 08 de agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 457, de 22 de julho de 1846. Aprovando o Regulamento para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-457-22-julho-1846>. Acesso em 08 de agosto de 2025.

BRASIL. o Decreto 140, de 9 de março de 1842. Aprova os Estatutos da Escola Militar, em virtude do Artigo 15 § 2.º da Lei de 15 de Novembro de 1831. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-140-9-marco-1842-560878-publicacaooriginal-84092-pe.html>. Acesso em 08 de agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 457, de 22 de Julho de 1846. Aprovando o Regulamento para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-457-22-julho-1846>. Acesso em 08 de agosto de 2025.